PROJETO DE LEI Nº , DE 2008
(Do Sr. Valdir Colatto)

Dispõe sobre a profissão de corretor de seguro rural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a categoria profissional de corretor de seguro rural.

Art. 2º Aplicam-se ao corretor de seguro rural, no que couberem, os artigos 122 a 128 do Decreto-Lei nº 73, de 23 de novembro de 1966, que *“dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências”*, bem como a Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que *“regula a profissão de corretor de seguro”*.

Art. 3º No caso do corretor de seguro rural, será aceito como prova de capacidade técnico-profissional de que trata o art. 123 do Decreto-Lei nº 73, de 1966, o diploma de técnico agrícola emitido por instituição de ensino médio oficialmente reconhecida, desde que acompanhado de prova de exercício efetivo desta atividade por período mínimo de dois anos, ou diploma de nível superior em curso de Ciências Agrárias emitido por instituição oficialmente reconhecida, segundo a competência específica das profissões, definida em Lei.

Art. 4º Além das atribuições gerais dos corretores profissionais definidas pela Lei nº 4.594, de 1964, e Decreto-Lei nº 73, de 1966, compete ao corretor de seguro rural:

I – orientar o segurado a respeito de técnicas de produção, de cuidados na colheita, de prevenção de pragas e doenças e sobre épocas de plantio e métodos de manejo, de modo a garantir que as formas de

produzir empregadas estejam em conformidade com as especificações da apólice de seguro;

II – assistir ao segurado na prestação das informações técnicas requeridas pela seguradora;

III – recomendar ao segurado providências que minimizem o risco de ocorrência de sinistros e, caso estes venham a ocorrer, indicar ao agricultor formas de minimizar as perdas, mesmo quando as medidas indicadas não forem exigidas pela seguradora;

IV – orientar o segurado na preservação de evidências que, se perdidas, poderão dificultar a avaliação da extensão dos danos ou a identificação das causas do sinistro;

V – assistir ao segurado na avaliação dos prejuízos causados pelo sinistro, emitindo os laudos que acompanharão os pedidos de indenização;

VI – encaminhar à seguradora os pedidos de indenização em tempo hábil e, quando solicitado, representar o segurado perante a seguradora e assisti-lo em juízo.

Parágrafo único. Incorrerá nas penas prevista da legislação pertinente, o corretor de seguro rural que encaminhar ao segurador proposta sobre a qual pese suspeita de fraude ou quando ficar patente que o proponente se recusa, sem justificação, a seguir recomendações técnicas, ocultando o fato ao segurador.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

São patentes as dificuldades que, malgrado os esforços do governo, o seguro rural tem encontrado para difundir-se entre nossos agricultores. Entre as muitas razões dessas dificuldades, podem-se mencionar os elevados custos que o “risco moral” impõe à administração do seguro e a assimetria de informações e de poder econômico entre segurador e segurado.

O corretor de seguro rural virá justamente facilitar as relações entre esses dois atores, contribuindo para a redução do custo de administração do seguro e para a redução do risco de sinistros. Uma das funções do corretor, aparentemente trivial, mas cuja importância não pode ser desprezada, é a de orientar os segurados a respeito de pormenores da apólice (o contrato de seguro) que, quando não observados, prejudicam os pedidos de indenização.

O seguro agrícola tem especificidades que o particularizam entre outros ramos de seguro. Em especial, ele não pode ser dissociado da técnica de produção, de cuidados com o solo e com a semente, da regulação dos equipamentos, de cuidados com a colheita, com a prevenção de pragas e doenças e com o diagnóstico precoce de problemas. O agricultor sinistrado vive o conflito entre o aproveitamento dos salvados (em destinação diferente da original) e a preservação de evidências indispensáveis à quantificação das perdas. A presença de uma terceira pessoa, bem informada sobre os pormenores do contrato de seguro e sobre o sistema de produção, que possa auxiliar o agricultor, dialogar com o segurador e, se necessário, atuar como árbitro da confiança de ambos, é crucial para o aumento da confiança no instrumento e para a disseminação deste no meio rural. O aumento da demanda pelo seguro agrícola será a primeira consequência da atuação da figura deste corretor.

Certo de que o presente Projeto de Lei haverá de facilitar o crescimento do seguro de safras em nosso País, peço aos Nobres Pares que o apoiem.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado VALDIR COLATTO